



União das Freguesias de Carnaxide e Queijas

Junta de Freguesia

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2016

-----ACTA NÚMERO 16 -----

Aos catorze dias do mês de julho de dois mil e dezasseis, pelas dezassete horas e trinta minutos, na Sede da Junta de Freguesia, em Carnaxide, reuniu o Executivo da Junta de Freguesia de Carnaxide e Queijas, sob a presidência do Senhor Presidente Jorge Manuel de Sousa de Vilhena, estando presentes, o Senhor Secretário Américo Marques Ferreira Duarte, o Senhor Tesoureiro Luís Manuel Figueiredo Lopes, a Senhora Vogal Rosa Lopes Costa, o Senhor Vogal José Rodrigues, a Senhora Vogal Carla Sofia Guia Pinto e o Senhor Vogal António Rocha. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia Jorge Manuel de Sousa de Vilhena deu início à décima sexta reunião do Executivo, com a seguinte Ordem de Trabalhos, a qual foi aprovada por unanimidade: -----

Antes da Ordem do Dia: -----

- 1 – Informações -----
- 2 – Situação Financeira -----

Ordem do Dia: -----

- 1 – Proposta de Deliberação N.º 115/2016 – Compartimento n.º 36 F do Ossário n.º 9 - Devolução de custos de ossário; -----
- 2 – Proposta de Deliberação N.º 116/2016 - Compartimento n.º 33 C do Ossário n.º 6 - Concessão a Título Perpétuo; -----
- 3 – Proposta de Deliberação N.º 117/2016 - Procedimento por ajuste direto com convite a uma entidade para aquisição de serviços de comunicações fixas e móveis – Aprovação de adjudicação – Processo N.º 02/2016; -----

- 4 – Proposta de Deliberação N.º 118/2016 - Emissão de parecer prévio vinculativo: celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, para o gabinete Psicologia – Sofia Pracana; -----
- 5 – Proposta de Deliberação N.º 119/2016 - Sepultura Nº 374 do Talhão N.º 4 - Concessão a título perpétuo; -----
- 6 – Proposta de Deliberação N.º 120/2016 - Compartimento n.º 8 C do Ossário n.º 4 - Devolução de custos de ossário; -----
- 7 – Proposta de Deliberação N.º 121/2016 – 5ª Alteração Orçamental e 3ª alteração ao PPA;

Ponto – Um – Informações -----

--- Estive presente numa cerimónia de assinatura de contratos locais de segurança promovidos pelo Ministério da Administração Interna, com a presença do Sr. Primeiro-Ministro António Costa e restante comitiva governamental, ilustre Presidentes de Câmara Municipal, nomeadamente, Lisboa, Porto, Oeiras, Sintra, Azambuja, alguns Presidentes de União de Freguesias, onde o Governo entendeu reforçar a segurança local dando mais meios e estabelecendo parcerias que virão a ser realizadas e reforçados os meios de segurança e onde haverá maior número de equipas de policiamento de proximidade, ou seja, no Concelho de Oeiras as Freguesias escolhidas foram a União de Freguesias de Carnaxide e Queijas e a Freguesia de Porto Salvo. Nós seremos beneficiados com mais meios policiais de proximidade e querem também aproveitar a experiência dos Presidentes de Junta de Freguesia, pela sua proximidade às populações, conhecem melhor a sua área geográfica e os problemas que nela existem. Este trabalho já tinha vindo a ser feito nos últimos anos, nomeadamente, porque eu tenho reuniões bimensais com a PSP e todas as semanas falo com os Comandantes da Polícia. Julgo que a intenção é positiva principalmente pelo fato de o Governo ter convidado os Presidentes de Junta de Freguesia a estarem presentes. -----

--- Estarei ausente entre o dia dezoito e trinta e um de julho, numa primeira fase e que serei substituído nas diversas vertentes, conforme despacho emanado, pelo Sr. Secretário Américo Duarte, pelo Sr. Vogal António Rocha e pelo Sr. Tesoureiro Luís Lopes. Estamos num período calmo de trabalho, apenas se avizinha as Festas de Nho Santiago, em que já foi atribuído o apoio financeiro para a realização da festa e também será montado o palco no dia vinte e nove de julho, com a equipa de Queijas e Carnaxide, embora tenha pedido à associação local para arranjar homens para ajudar ao que informaram que sim, que iriam ajudar no local. ----

--- Eu e o Sr. Tesoureiro tivemos uma reunião com a Empresa “Tomás de Oliveira” para aferir o processo do que tem sido, desde a União das Freguesias, desde novembro de dois mil e treze, a prestação de serviço do crematório face ao protocolo existente entre as Freguesias de Queijas e Barcarena com a Empresa “Tomás de Oliveira”. Gostei muito de conhecer o Sr.

Administrador, uma pessoa muito educada e prestativa, que desde logo nos entregou o relatório e gestão do exercício de dois mil e catorze e de dois mil e quinze e um mapeamento de gestão financeira daquilo que tem sido os recebimentos de faturação do crematório e o que tem sido os pagamentos à Junta de Freguesia de Barcarena que por sua vez transfere para a União de Freguesias de Carnaxide e Queijas. Peço ao Sr. Tesoureiro para, com brevidade, elaborar uma informação de gestão financeira que valide os valores recebidos até à data de início do crematório versus mapa recebido entre a Junta de Freguesia de Barcarena e a União de Freguesias de Carnaxide e Queijas. De qualquer das formas o Sr. Administrador diz que vai enviar exatamente este mapa à Junta de Freguesia de Barcarena com conhecimento para nós. -----

--- O Sr. Presidente da Junta de Freguesia Algés, Linda-a-Velha e Cruz-Quebrada/Dafundo vem pedir-nos o palco para as festas de setembro mas o palco não está em condições porque tem que ser reparado e, portanto, a resposta vai ser negativa. -----

--- Estive com o Sr. Vogal José Rodrigues no aniversário dos cento e vinte e cinco anos dos Bombeiros Voluntários de Linda-a-Pastora, com a presença da Secretária de Estado Adjunta da Administração Interna, do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Oeiras e diversas entidades e foi uma cerimónia muito bonita. -----

--- Durante o mês de junho tivemos um total de sete atendimentos de ação social efetivados, quatro não comparências e duas desmarcações. Em julho houve um total de quatro atendimentos e uma não comparência. Até ao momento temos dois atendimentos efetivados e duas desmarcações. -----

Ponto – Dois – Situação Financeira -----

No período compreendido entre o dia 07 de Julho de dois mil e dezasseis e o dia 13 de Julho de dois mil e dezasseis, conta ao nível das disponibilidades, com um saldo bancário de 25.515,82 € (vinte e cinco mil quinhentos e quinze euros e oitenta e dois cêntimos); em caixa 3.804,16 € (três mil oitocentos e quatro euros e dezasseis cêntimos), sendo o total das disponibilidades de 32.361,13 € (trinta e dois mil trezentos e sessenta e um euros e treze cêntimos) a transitar para a semana seguinte. Receitas entradas perfazem 7.051,03 € (sete mil e cinquenta e um euros e três cêntimos); despesas efetuadas e liquidadas num valor total de 5.717,25 € (cinco mil setecentos e dezassete euros e vinte e cinco cêntimos). -----

Ordem do Dia: -----

1 – Proposta de Deliberação N.º 115/2016 -----

A 12 de Julho de 2007, foi efetuada a exumação das ossadas de Virgílio Nunes que se

encontravam na sepultura temporária n.º 74 do talhão n.º 12, estando as mesmas em condições de transladação. -----

A 18 de junho de 2007 foi solicitada a concessão a título perpétuo do Compartimento 36-F do Ossário Nº 9 pela esposa do falecido, D. Maria Helena Marques Nascimento, tendo sido autorizada a referida concessão a 21 de junho de 2007 (paga através do Recibo nº 325/2007 – 438,08 €), bem como solicitada a gravação de epitáfio a 03 de julho de 2007 (paga através do Recibo nº 326/2007 – 18,00 €). -----

Não tendo havido lugar à colocação das ossadas no referido compartimento nem tendo sido feita a gravação de epitáfio foi solicitado pela D. Maria Helena Marques Nascimento a devolução dos valores pagos pelos mesmos, bem como do valor pago da exumação dos restos mortais do falecido (pago através do Recibo nº 289/2007 – 50,00 €). -----

Neste contexto, propõe-se: -----

1. Que seja concedida a devolução dos valores referentes à exumação (recibo 289/07, no valor de € 50,00) das ossadas de Virgílio Nunes, concessão a título perpétuo do compartimento n.º 36 F do ossário n.º 9 (recibo n.º 325/2007, no valor de € 438,08) e gravação de epitáfio (recibo n.º 326/2007, no valor de € 18,00), perfazendo o total de devolução no valor de 506,08 € (quinhentos e seis euros e oito cêntimos). -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

2 – Proposta de Deliberação N.º 116/2016 -----

No âmbito das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016, tomou o signatário conhecimento da Informação n.º 430/2016, relativamente ao pedido da Sr.ª Maria Felícia Rebolo Galheto Ramos, para concessão a título perpétuo do compartimento n.º 33 C do ossário n.º 6. -----

No referido compartimento, encontrava-se inumado as ossadas de Joaquina Maria Rija, que foram trasladadas para a casa dos ossários, ficando o mesmo compartimento vago para nova inumação ou concessão. -----

Neste contexto, propõe-se: -----

1. Que seja concedida a referida concessão do compartimento n.º 33 C do ossário n.º 6, a Sr.ª Maria Felícia Rebolo Galheto Ramos, portador do Cartão de Cidadão N.º 05432931. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

3 – Proposta de Deliberação N.º 117/2016 -----

I. INTRODUÇÃO -----

Através da Proposta de Deliberação Nº 114/2016 (anexo 1), em reunião de executivo realizada em 07/07/2016, o órgão executivo, aprovou a abertura de um procedimento para aquisição de serviços de comunicações fixas e móveis. -----

Face à referida aprovação foi enviado convite à entidade convidada a apresentar proposta, para aquisição de serviços de comunicações fixas e móveis, através do e-mail, cujo o prazo limite fixado para apresentação de proposta foi o dia 12/07/2016. -----

II. ANÁLISE -----

O concorrente convidado apresentou proposta em tempo e em total conformidade com as condições pretendidas, pelo que nos termos do disposto no artigo 125.º do CCP, se procedeu à avaliação da proposta e elaboração do projeto de decisão de adjudicação, cujo conteúdo se dá por integralmente reproduzido e que se anexa à presente proposta de deliberação (anexo II). -----

Com base no estatuído no artigo 70.º do CCP, após análise formal e material da proposta e respetivos documentos anexos que fazem parte integrante da mesma, concluíram os serviços que a proposta cumpre os termos, condições e aspetos da execução do contrato regulado pelo Caderno de Encargos e atributos submetidos à concorrência, comprovando-se a conformidade legal do procedimento de contratação pública e sua tramitação. -----

III. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL -----

Atento o facto de a decisão de contratar ter sido proferida pelo executivo, por ser este o órgão competente para o efeito, importa agora submeter à sua aprovação o projeto de decisão de adjudicação do procedimento pré-contratual, bem como a adjudicação da aquisição de serviços de comunicações fixas e móveis ao concorrente "VODAFONE PORTUGAL - Comunicações Pessoais, S.A", com sede na Avenida D. João II, Lote 1.04.01, Parque das Nações, 1998-017 Lisboa, NIF: 502 544 180, nos termos do art. 76º do CCP. -----

Atento o valor a adjudicar, impõe-se a celebração de contrato escrito, pelo que se propõe ainda a aprovação da sua minuta, que segue em anexo à presente proposta e que será remetida ao adjudicatário, em conjunto com a comunicação de adjudicação, para sua aceitação. -----

IV – PROPOSTA -----

Face ao exposto, submete-se à aprovação deste órgão executivo: -----

1. A aprovação do projeto de decisão de adjudicação; -----
2. A adjudicação da aquisição de serviços de comunicações fixas e móveis ao concorrente "VODAFONE PORTUGAL - Comunicações Pessoais, S.A", com sede na Avenida D. João II, Lote 1.04.01, Parque das Nações, 1998-017 Lisboa, NIF: 502 544 180, pelo preço contratual de € 11.891,00 (onze mil oitocentos e noventa e um euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, por 24 de meses; -----

3. A aprovação da minuta de contrato escrito que se anexa e que faz parte integrante da presente proposta de deliberação, para posterior envio ao adjudicatário para aprovação.

4. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

V- ANEXOS -----

1. PD nº 114/2016 -----

2. Projeto de decisão de adjudicação -----

3. Minuta de contrato escrito -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

4 – Proposta de Deliberação N.º 118/2016 -----

I – INTRODUÇÃO: -----

ANTECEDENTES FÁCTICOS -----

A reorganização administrativa do território das Freguesias, aprovada pela Assembleia da República (Lei nº 56/2012, de 8 de Novembro e Lei nº 11-A/2013, de 28 de Janeiro), alterou significativamente o mapa de Freguesias de Portugal Continental. -----

O crescente desemprego, carência social e económica de alguma população, aliado à procura junto daqueles que estão mais perto que são as Autarquias Locais, aliado ao facto que esta União de Freguesias se ter munido, por um lado de diversos apoios diretos que concede ao cidadão, por outro, de apoios por via do Município, bem como efetuar o encaminhamento para as Entidades Sociais Nacionais e Locais, após um atendimento individualizado e personalizado aos munícipes, implica o trabalho em rede, focado na criação, manutenção e desenvolvimento de parcerias. -----

Conforme decorre das GOP aprovados para 2016, nomeadamente na reorganização administrativa de processos, na delegação em Queijas por via da agregação das Freguesias em conformidade com a Lei n.º 11-A/2013 de 28 de Janeiro, torna-se necessário contratar prestação de serviços de aconselhamento gratuito à população para o atendimento de psicologia. -----

- A prestação de serviços terá início a 05 de setembro de 2016; -----

- A entidade, para desenvolver as atividades pedagógicas, proposta pelo serviço requisitante é a licenciada Psicologia Clínica, Sra. Dra. Sofia de Moura Branco Madeiras Pracana; -----

- O preço total desta aquisição de serviços rondará os € 3.000,00 (três mil euros) correspondendo ao preço mensal fixo de € 150,00 (novecentos e cinquenta euros), tendo um valor variável de 10,00 € por consulta até ao limite de 20 consultas/mês; -----

- O valor estimado para a aquisição de serviços anteriormente referenciada tem cabimento na rubrica 05/01.01.07.22 (GOP/Orçamento de 2016); -----

- A fundamentação da necessidade da aquisição destes serviços suporta-se no crescente desemprego, carência social e económica de alguma população, que faz com que esta assistência procure junto daqueles que estão mais perto que são as Autarquias Locais, aliado ao facto desta União de Freguesias se ter unido, por um lado, de diversos apoios diretos que concede ao cidadão, por outro, de apoios por via do Município, a par do encaminhamento para as Entidades Sociais Nacionais e Locais, após um atendimento individualizado e personalizado aos munícipes implica o trabalho em rede, focado na criação, manutenção e desenvolvimento de parcerias; -----

- A aquisição de serviços em apreço, tendo em conta o valor do contrato a celebrar, enquadra-se no procedimento pré-contratual de ajuste direto com consulta a uma entidade, em função do valor, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 e na alínea e) do n.º 2, ambos do artigo 16.º, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º, o n.º 1 do artigo 36.º o artigo 38.º, a alínea a) do n.º 1 e o n.º 2 do artigo 40.º, com o artigo 113.º, o n.º 1 do artigo 115.º e os artigos 125.º e 126.º, todos do Código dos Contratos Públicos ("CCP"), conjugados igualmente com a Lei das Autarquias Locais (Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro), e com o regime de responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas (Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro), e com o disposto no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (aplicável por força do disposto no artigo 14.º, n.º1, alínea f), in fine do preâmbulo do CCP); -----

- A aquisição de serviços anteriormente identificada é reconduzível na modalidade de contrato de avença, dado que, por um lado visa prestações sucessivas no exercício da profissão liberal, designadamente apresentando-se como um contrato de resultado, bem como implicando uma prestação certa e mensal, típica de um contrato de avença; -----

DOS PRESSUPOSTOS FÁCTICOS DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE AVENÇA: -----

- A atividade a desenvolver pelo prestador de serviços não reveste a natureza de trabalho subordinado, em concreto, por o prestador não estar sujeito às condições em que se encontra organizada a atividade laboral, designadamente, horário de trabalho, existência de controlo externo do modo da prestação, obediência a ordens, ou sujeição à disciplina; -----

- O prestador de serviços deverá comprovar ter a sua situação contributiva regularizada junto das finanças e da segurança social; -----

- A celebração de contratos de prestação de serviços, na modalidade de avença, é obrigatoriamente precedida de parecer prévio por parte do Executivo, nos termos da legislação em vigor. -----

II – ANÁLISE: -----

Nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 10.º, da Lei Geral do Trabalho em Regime de Funções Públicas (LGTRFP) «o contrato de avença tem como objeto prestações sucessivas no

exercício de profissão liberal, com retribuição certa mensal, podendo ser feito cessar a todo o tempo, por qualquer das partes, mesmo quando celebrado com cláusula de prorrogação tácita, com aviso prévio de 60 dias e sem obrigação de indemnizar». -----

Mais preconiza o n.º 4 do artigo 32.º da LGTRFP que a celebração de contratos de avença apenas pode ter lugar quando, cumulativamente se verificarem os seguintes requisitos:

- a) Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----
- b) Seja observado o regime legal da aquisição de serviços; -----
- c) Seja comprovado pelo prestador de serviços a regularidade da sua situação fiscal e perante a segurança social. -----

A Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2016, que se encontra em vigor (doravante identificada por "LOE 2016"), à semelhança das Leis que aprovaram o Orçamento de Estado para os anos de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015, consagra a obrigatoriedade de parecer prévio vinculativo, nos casos de celebração ou de renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em funções públicas (LFTP), independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença.

O parecer prévio vinculativo favorável, cujos termos e respetiva tramitação serão objeto de concretização por meio de portaria do membro do Governo, depende da: -----

- a) Verificação do disposto no n.º 2 do artigo 32.º da LFTP, isto é, de que se trata da execução de trabalho não subordinado para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, cujo procedimento é definido por Portaria prevista nos termos do diploma que institui e regula o sistema de requalificação de trabalhadores em funções públicas, a qual ainda não se encontra publicada; -----
- b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----
- c) Os valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2016, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou contraparte de contrato vigente em 2015, não podem ultrapassar os valores pagos em 2015. -----

III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E/OU REGULAMENTAR -----

A presente proposta de deliberação sustenta-se no enquadramento jurídico consagrado nos seguintes diplomas legais: -----

- Lei n.º 35/2014, de 27 de junho, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 37-A/2014, de 19 de Agosto, Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei n.º

84/2015 , de 07 de Agosto que estabelece o Regime Geral do Trabalho em Funções Públicas, abreviadamente identificada por "LGTFP"; -----

- Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, que adapta a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro aos trabalhadores que exercem funções públicas nas autarquias locais, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pela Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro e Lei 80/2013 de 28/11; -----

- Lei n.º 87-A/2016, de 30 de março, que aprovou o orçamento de Estado para o ano de 2016, abreviadamente identificada por "LOE 2016" que continua em vigor até que seja aprovado o novo OGE. -----

- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, com as alterações previstas na Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28 de março, na Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, no Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de setembro, no Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, na Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, no Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, na Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, no Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho e no Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de Outubro, abreviadamente identificado por "Código dos Contratos Públicos" ou por "CCP". -----

IV - PROPOSTA -----

Considerando que: -----

1 – Nos termos do disposto no n.º 10 do artigo 35.º da LOE 2016 é da competência do Órgão Executivo emitir parecer prévio vinculativo relativo à celebração de contratos de prestação de serviços na modalidade de avença; -----

2 – Existe a necessidade de adquirir serviços, que se traduzem no aconselhamento gratuito à população para o atendimento de psicologia. -----

3 - Tais serviços serão prestados pelo período de doze (12) meses, com início a 05 de setembro de 2016, eventualmente renovável por iguais períodos, desde que não seja terminado por nenhuma das partes com aviso prévio de 60 dias, mediante informação e cabimentos iguais. -----

4 – O preço devido pela prestação de serviços não será objeto de redução remuneratória, porque o preço mensal não é superior a €1.500,00 mensais; -----

5- Observam-se os requisitos previstos no n.º 6 do artigo 35.º da Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2016; -----

Face ao exposto, propõe-se: -----

1. Aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo à celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, com a prestadora de serviços, a licenciada em psicologia clínica, Sra. Dra. Sofia de Moura Branco Madeiras Pracana, contribuinte n.º 218

340 710. A prestadora de serviços deverá comprovar a situação contributiva da segurança social e das finanças. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

5 – Proposta de Deliberação N.º 119/2016 -----

No âmbito das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016, tomou o signatário conhecimento da Informação n.º 433/2016, relativamente ao pedido do senhor Mário Soares Gonçalves de Oliveira, para concessão a título perpétuo do terreno que constitui a Sepultura N.º 374 do Talhão N.º 4. -----

A 15 de Agosto de 2008, foi inumado o corpo do senhor Vitor Eduardo de Barros Lopes, estando o mesmo em condições para exumação que foi realizada no dia 15/08/2012 e as ossadas trasladadas para casa dos ossários, ficando esta Sepultura vaga para uma nova Inumação. -----

No dia 16 de Agosto de 2012 foi inumado na sepultura n.º 374 do talhão n.º 4, a Senhora Mariete de Fátima Carvalho Piçarra Soares de Oliveira, esposa do requerente. -----

Neste contexto, propõe-se: -----

1. Que seja concedida a referida concessão da sepultura n.º 374 do talhão n.º 4 a título perpétuo com 2,00mX0,75m e 1,15m de profundidade, o Senhor Mário Soares Gonçalves de Oliveira, portador do cartão de cidadão n.º 00665915. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

6 – Proposta de Deliberação N.º 120/2016 -----

A 20 de Junho de 2016, deu entrada através de declaração entregue nesta Junta de Freguesia com o registo n.º 2338, a qual o responsável pelo compartimento n.º 8 C do ossário n.º 4, o Senhor Vítor Bastos de Oliveira Santos, prescinde do direito do mesmo, fazendo para os devidos efeitos a entrega do requerimento para trasladação das ossadas de Vítor Hugo de Oliveira Santos (para Ourém) e entrega do original do alvará. -----

Após carta com o registo 2479, datada de 29/09/2016, o responsável pelo compartimento n.º 8 C do ossário n.º 4, solicita anulação do pedido de trasladação e devolução da taxa de trasladação (€ 48,32), visto que o montante solicitado pela Câmara de Ourém é muito elevado, levando o senhor Vítor Bastos de Oliveira Santos a voltar atrás com o pedido de trasladação de seu pai que se encontra num compartimento perpétuo. -----

Neste contexto, propõe-se: -----

1. Que seja concedida a devolução do valor da referida trasladação, referente ao recibo n.º

198/2016 no valor de € 48,32 (quarenta e oito euros e trinta e dois cêntimos) e a devolução do original do alvará. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

7 – Proposta de Deliberação N.º 121/2016 -----

O Orçamento da União das Freguesias de Carnaxide – Queijas para 2016 se consubstancia num conjunto de Rubricas de Despesa Corrente e de Capital. -----

Algumas destas rubricas consubstanciam-se em Ações – PPA, valorizadas em função das necessidades previstas para 2016, tanto no que respeita a rubricas da despesa corrente, como em códigos de PPI (associadas a rubricas da despesa de capital). -----

Face a uma gestão que se pretende analítica e periódica, reforçando rubricas que pela sua natureza são necessárias reforçar, nomeadamente, pequenos acertos nas verbas de despesas com os Vogais do Executivo e horas extraordinárias do Pessoal devido a situações excecionais, pequenos acertos nas despesas correntes em Artigos Honoríficos, Eletricidade, Manutenção de Património da Junta, Comunicações e Internet, Limpeza e Higiene nos Mercados e abertura de procedimento para Contrato de Prestação de Serviços para o Mercado de Queijas. Há também a destacar o reforço de verba na rubrica de aquisição de “outro material” para a Delegação de Competências. -----

No que respeita ao PPA, esta alteração tem por objetivo o acerto de verbas disponíveis nas ações relacionadas com as contas orçamentais envolvidas. -----

A 5ª alteração orçamental encontra-se formulada no âmbito das regras em vigor no POCAL, e demais legislação em vigor, nos termos legais, podendo a mesma ser submetida ao Executivo para competente deliberação, nos termos do disposto na alínea b) do ponto 1 do artº 16º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro. -----

Face ao exposto, propõe-se: -----

1. A aprovação da 5ª Alteração Orçamental que importa no montante de 7.325,00 € (sete mil trezentos e vinte e cinco euros) e a 3ª Alteração ao PPA que importa no montante de 3.215,00 € (três mil duzentos e quinze euros), conforme mapas em anexo. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

| |
|---|
| Conforme disposição legal a transcrição de qualquer documento oficial tem que respeitar, na íntegra, o conteúdo e o texto constante nos documentos. Sendo facto que as Propostas de Deliberação aqui descritas se constituem documento oficial e a respetiva transcrição, que nesta Ata se faz, é feita reproduzindo na íntegra o texto original. |
|---|

E por nada mais haver a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às 18h40m.

O Executivo
O Presidente

(Jorge Manuel de Sousa de Vilhena)

O Secretário

(Américo Duarte)

O Tesoureiro

(Luís Lopes)

A Vogal

(Rosa Lopes)

O Vogal

(José Rodrigues)

A Vogal

(Carla Pinto)

O Vogal

(António Rocha)